

Ata da 21ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal

Instituto de Previdência Municipal de Pouso Alegre - IPREM

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de 2020, na sede do Instituto de Previdência Municipal – IPREM, estivemos reunidos, p20ª Ata de reunião ordinária do Conselho Fiscal reunião ordinária do Conselho Fiscal, Pedro Monticeli, João Batista Ribeiro, Paulo Henrique Reis da Costa, Nicholas Ferreira da Silva, Roseane Denise Pereira Cimadon. A abertura da reunião foi feita pelo então presidente 20ª Ata de reunião ordinária do Conselho Fiscal do Conselho, Nicholas Ferreira da Silva, dando início aos trabalhos, deu ciência aos demais conselheiros sobre a solicitação efetuada na sessão ordinária passada sobre as compensações previdenciárias realizadas entre o IPREM e o INSS. O presidente convocou a Servidora Lúcia, responsável pelo Setor de Compensação Previdenciária, a qual explanou acerca do andamento das compensações previdenciárias no instituto. A Servidora Lúcia apresentou relatório resumido dos dados relativos aos dados das compensações previdenciárias, tais como: requerimentos de compensação, valores pagos ao IPREM pelo INSS, números de requerimentos deferidos pelo INSS, número de requerimentos que estão aguardando retorno do INSS, bem como, valores pagos pelo INSS ao IPREM de 2010 até dezembro 2019. A Servidora disse que o sistema de compensação está disponível a todos órgãos, porém tem que assinar o convênio com o INSS e que o Município assinou no exercício de 2002. Foi questionado pelos conselheiros eventual prescrição dos requerimentos de pedidos de compensação. A Servidora Lúcia respondeu que a prescrição se dá a partir da homologação do TCEMG. A Servidora afirmou ainda que, conforme Portaria 464/2018 do Ministério da Fazenda, dispõe sobre normas de avaliação atuarial dos RPPS e estabelece parâmetros que o atuário seguirá para apuração das compensações previdenciárias do cálculo atuarial. A Servidora disse que haverá uma reunião para alinhamento e definição de plano de trabalho com objetivo de otimizar os procedimentos a serem adotados pelo IPREM. Os conselheiros irão aguardar o resultado da reunião para verificarem e manifestarem, se for necessário, sobre a matéria. Dando sequência aos trabalhos o presidente deu ciência do Ofício 111/2020, do IPREM, no qual o IPREM firmou convênio com a TV Câmara visando produção de pequenos vídeos explicativos com o objetivo de que a população de Pouso Alegre conheça melhor os trabalhos realizados pelo IPREM. A Diretora Presidente



encaminhou o relatório de auditoria realizado pelo Ministério da Economia, número 50/2020, no qual o auditor fiscal da Receita Federal concluiu que não foram encontrados elementos de utilização indevida dos recursos previdenciários dentro do contexto da pandemia do Covid-19, nem indícios de não repasse das contribuições da previdenciárias dos servidores. Passando à análise dos relatórios contábeis, verificou o parecer do Comitê de Investimentos nº 03/2020, que trata do comportamento da carteira de investimentos do IPREM, competência junho de 2020. Resumidamente o IPREM obteve uma rentabilidade de R\$ 8.946.912,95 e R\$ 11.891.007,67, representando uma alta de (2,88%) de junho e (3,75%) em julho. O fundos ilíquidos tiveram rentabilidade negativa de R\$ 171.531,41 em junho e R\$ 1.248.861,05 em julho. A meta atuarial ficou em (0,75%) em junho e (0,84%) em julho, sendo constatado superação da meta atuarial do mês de junho e julho. Analisando a rentabilidade acumulada dos últimos doze meses, os fundos líquidos acumulam um total de (5,69%) em junho e (8,56%) em julho e os ilíquidos (-22,92%) em junho e (-23,82%) em julho, ocasionando um resultado negativo da meta atuarial em (-5,52%) e junho e (-3,81%) em julho. A justificativa é que apesar do mercado estar se recuperando os índices ainda se encontram debilitados. Os fundos ilíquidos sofreram diversas reprecificações significativas. Destaque negativo para o Fundo FIDC Prêmio, que teve uma provisionamento no valor de R\$ 1.040.724,69, para despesas jurídicas. Destaque também para recuperação de R\$ 1.686.431,59, dos Fundos FIC-RFLPIMAB1000, FI-RF-MONTE-CARLO-INSTITUCIONAL-IMAB5, FI-RECUPERAÇÃO-BRASIL, GGRPRIME-FIDC. Quanto ao enquadramento da carteira do IPREM, verificou-se novamente que o instituto possui participação acima do permitido em 11 fundos ilíquidos que não permitem resgate. Os demais fundos estão enquadrados conforme a legislação. Em relação à análise de risco e retorno o relatório apontou que os fundos Caixa Brasil FI-Referenciado-DILP e Caixa Brasil Disponibilidade, apresentaram resultado inferior ao benchmark. A NTB-2024, apresentou risco retorno inferior a reta de risco retorno dos ativos. No relatório consta que os referidos fundos estão sendo monitorados pelo comitê de investimentos. Conforme relatório apresentado e análise efetuada os conselheiros aprovam os investimentos realizados pelo IPREM no mês de junho e de julho de 2020. Os processos de aposentadorias do mês de julho foram analisados por amostragem, sendo concedido nove benefícios durante o mês. Foi verificado que os repasses relativos aos recolhimentos dos servidores e patronal da Prefeitura, Câmara e IPREM, estão em acordo conforme guias anexas do mês de julho. Os



balancetes do mês de julho foram analisados. Nada mais havendo a tratar, a reunião fica encerrada às 16h e 50min., sendo marcada a próxima reunião para o dia 16 de setembro de 2020, sendo lavrada por mim a presente ata, assinada por todos os Conselheiros presentes.



Nicholas Ferreira da Silva
Presidente do Conselho Fiscal



João Batista Ribeiro
Membro do Conselho Fiscal



Pedro Monticeli
Membro do Conselho Fiscal



Paulo Henrique Reis da Costa
Secretário do Conselho Fiscal



Roséane Denise Pereira Cimadon
Membro do Conselho Fiscal